

## **Mobilização Socioambiental Urbana**

***Noris Balbuena***

Com a finalidade de complementar o tema “Estratégias de Atuação no Mercado de Direito Ambiental”, mostraremos um viés da atividade de proteção ao meio ambiente sob um ângulo não profissional, mas ligado à mobilização das pessoas e das comunidades na defesa destes interesses.

Este é um assunto bastante atual e de grande repercussão nos meios de comunicação, um tema que vem envolvendo a preocupação dos entes públicos e que decorre de uma preocupação crescente dos cidadãos que entendem a preservação do meio ambiente como a preservação natural da vida presente e das futuras gerações.

No Brasil, a questão do meio ambiente passou a ser tratada como direito fundamental a partir da Constituição de 88, que também dedicou um capítulo à tutela deste direito. Anteriormente outras leis esparsas já trataram de assuntos que diziam respeito ao meio ambiente, mas este ainda era um tema pouco abordado. Entretanto, questões ligadas à preservação ambiental já faziam parte dos interesses de cidadãos e de grupos organizados muito antes da Constituição de 88. Preocupados com as freqüentes agressões ao meio ambiente, estes grupos organizavam-se para debater, estudar, tratar e divulgar trabalhos e ações neste intento.

Na zona sul da nossa cidade, vários movimentos comunitários nasceram com o objetivo de resguardar alguma área, algum parque, um morro, o lago, visando a conservação da vida natural e a apoiar as atividades públicas e privadas neste setor, tão presente nesta região. Importantes decisões foram tomadas pelas autoridades e por empresas privadas pressionadas por grupos expressivos que não mediam esforços na busca de seus ideais ambientais.

São inúmeros os grupos ambientalistas e inúmeras as histórias que se perdem no tempo. Porém, para sintetizar a abordagem do tema, vamos trazer algumas experiências vividas como integrantes de dois destes importantes grupos de pessoas engajadas na defesa do ambiente natural

e cultural na nossa cidade, exemplos estes bem próximos aos nossos dias. Mesmo assim, parte da história não poderá ser esquecida, mesmo que somente para temperar o relato.

Nosso “Bairro”, Jardim Isabel, é o bairro mais jovem da cidade. Emancipou-se do Bairro Ipanema em 09 de julho de 2009, graças a mobilização dos moradores reunidos em uma Associação Comunitária que existe há 37 anos e que lutava a 36 anos por este ideal.

Com uma área de 84h<sup>a</sup>, por volta de 900 residências, tem pouco mais de 3000 moradores. A geografia da área, com seus altos e baixos, é diferente da do bairro Ipanema. Além disso, temos muitas praças arborizadas, com espaços para lazer, para esportes e para crianças, ruas arborizadas, calçadas ajardinadas e um canteiro central também ajardinado, enfim, elementos que demandam grande exigência dos serviços públicos municipais prestados pela SMAM, DMLU, DMAE, CEEE, e outros órgãos, que deixavam a desejar, pois as demandas eram direcionadas para o Bairro Ipanema que, em razão do tamanho maior em extensão e população, acabava absorvendo a execução dos pedidos para outros pontos necessitados.

Outra característica do bairro deve-se à preocupação dos moradores com a preservação das características de “bairro residencial” em função da maior facilidade na conservação e limpeza das ruas e praças, a obrigatoriedade de velocidades reduzidas aos veículos que trafegam por suas ruas, e principalmente em razão da segurança no bairro. Em razão disso, muitos empreendimentos privados foram barrados, muitas construções que não correspondiam aos moldes da expectativa do “Bairro” tiveram que alterar seus projetos, muitas atividades pretendidas por grupos isolados não foram aceitas no Bairro, sempre alerta às situações de risco, agindo através de sua Associação Comunitária que congrega os moradores do Jardim Isabel.

Atualmente, em razão dos problemas de envolvem a segurança da população, a ASCOMJISA vem estreitando os laços de comunicação com a Brigada Militar, levando-lhes pessoalmente os problemas que porventura surjam no bairro, trazendo os responsáveis pela segurança desta área para

falar durante as reuniões que ocorrem regularmente e propondo ações públicas para a segurança da zona sul. Em paralelo, existe um projeto em andamento, executado por uma empresa de consultoria em segurança privada, atualmente em fase de estudo e avaliação, que propõe a adoção de uma única empresa de segurança particular para todo o bairro, que deverá monitorar todas as 7 entradas do bairro e todas suas ruas. Esta forma de segurança viria a substituir a atual contratação individual, por parte dos moradores, de diversas “falsas” pequenas empresas de segurança, que trocam seus “guardas” freqüentemente sem apresentar suas “fichas” e sem avisar aos contratantes, e se espalham pelo bairro trazendo mais preocupações que tranqüilidade. Esta é uma antiga reivindicação dos moradores que começa a tomar corpo neste momento em que as questões de segurança na cidade se avolumam, e que conta com a ASCOMJISA como consultora e intermediadora.

Estas características desenham o bairro desde seu início e, por isso e com objetivo de preservar sua identidade física e ideológica, a ASCOMJIP foi incansável, na luta para a emancipação, acompanhando todos os trâmites legais e burocráticos que envolveram a ação, desde o ano de 1975, até a aprovação e assinatura do ato que criou o Bairro Jardim Isabel, em 09 de julho de 2009.

Também com relação à proteção do aspecto cultural e ambiental do bairro, temos a destacar o intenso trabalho da ASCOMJIP que resultou na aprovação do ato que deu à Rua João Mendes Ouriques o estatuto de Patrimônio Cultural da Cidade, tal qual recebeu a Rua Gonçalo de Carvalho no Bairro Moinhos de Ventos.

Ainda para ilustrar, quanto aos objetivos da Associação Comunitária do bairro, o cumprimento das reivindicações dos moradores é uma preocupação constante. Para isso, um dos departamentos da Associação encarrega-se de buscar junto ao Poder Público e aos prestadores de serviços por ele disponibilizados, a execução das demandas necessárias ao bem-estar dos moradores e à preservação do ambiente natural que caracteriza o bairro. Assim, a troca de lâmpadas queimadas nos postes das ruas, “bocas de lobo” entupidas, recolhimento de galhos de podas e de lixo colocado em lugar inadequado, a limpeza das praças e meio-fio das

calçadas, a troca das redes das quadras de esportes, a verificação de cabos da rede elétrica pela CEEE, os cortes de árvores pela SMAM, serviços nas redes de água pelo DMAE, investigação sobre construções que pareçam irregulares, são alguns dos serviços atendidos através da solicitação intermediada pela Associação do bairro, a ASCOMJISA.

Também as obras públicas que ocorrem agora no bairro para a substituição dos ultrapassados e estreitos canos que compunham a infraestrutura do bairro pelas modernas e grandes galerias que garantirão o bom escoamento das águas que descem o morro com força e intensidade nos dias de chuva e o escoamento dos esgotos residenciais, são resultados da mobilização da Associação Comunitária que durante longos anos buscou junto à Administração Municipal a execução destes recursos para sanar sérios problemas de alagamentos que ocorriam em algumas ruas durante as enxurradas. As obras estão em andamento há aproximadamente um ano, e fazem parte de um programa da Prefeitura que conjuga os esforços de órgãos diretamente ligados às questões de infra-estrutura urbana.

Todos esses exemplos vem mostrar que, paralelamente às atividades profissionais exercidas em busca do saneamento de problemas ou danos ao ambiente natural, existe um outro nicho que reúne atividades semelhantes realizadas por cidadãos voluntários que devem ser ouvidos e respeitados de acordo com o que manda nossa Constituição.

Em geral, esta mobilização socioambiental urbana é exercida em uma comunidade ou em uma pequena região com objetivos comuns e direcionados ao seu “território” (sentido estrito de mobilização socioambiental). Entretanto, grupos maiores existem, mobilizando populações e influenciando a opinião pública quanto à decisões do Poder Público em causas e assuntos ligados à defesa do ambiente natural, cultural e histórico de uma região.

Retomando aos exemplos de mobilização comunitária exercida por nossa Associação, a ASCOMJISA, temos a dizer que não só de demandas ligadas aos interesses particulares do bairro ela vive. Como exemplo de mobilização socioambiental ampla, a ASCOMJISA reúne grande rol de ações em prol da proteção da cidade como um todo. Assim, tem auxiliado

outras comunidades e outros grupos no trato de suas demandas e na formalização de suas Associações, de acordo com seus conceitos, objetivos e necessidades. Também tem disponibilizado os serviços do Departamento Jurídico na elaboração e acompanhamento de diversas Ações que tramitam no Judiciário referentes à demandas de outros bairros e outras Associações. Também tem participação ativa em movimentos de grupos ligados à preservação de outros segmentos da cidade, de seus aspectos culturais, geográficos, arquitetônicos, educacionais ou estruturais. Junto à Administração Pública, participa de diversos programas voltados aos interesses sociais da cidade, que variam e se alternam a cada nova gestão, mas sempre obedecendo aos objetivos formalizados no Estatuto da Entidade. Atualmente, uma das participações foca-se nos debates do Forum Regional de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, que discute as propostas de alteração do Plano Diretor da cidade.

A ASCOMJISA também preocupa-se com o aspecto social da entidade, procurando proporcionar eventos para reunir o pessoal associado e moradores do bairro, em geral. Possui uma sede construída com recursos próprios na Praça Adel Carvalho, no coração do bairro, local onde são realizadas as reuniões administrativas e institucionais e que também é usada para abrigar uma série de reuniões pontuais e eventos sociais para moradores e convidados.

Ainda para ilustrar, será interessante conhecer a origem da ASCOMJIP, que se confunde com a história da praça Adel Carvalho. No início dos anos 70, poucas famílias moravam no bairro, em residências que não ficavam muito próximas. Uma das famílias era a de Selma Nehrung, formada pelo casal e quatro filhos ainda crianças, ele engenheiro e ela dona de casa, uma mulher forte e com ideais ecológicos bem definidos. Moravam numa casa situada em frente ao que hoje é a Praça Adel Carvalho, então um mato de vegetação comum com algumas grandes árvores e um pequeno resquício de espécies da mata atlântica que já havia sido destruída nas redondezas. Conta dona Selma que brincar à sombra daquelas árvores naquele mato era o passatempo preferido das crianças. Mas numa manhã, depois que o marido saía para o trabalho, caminhões e tratores

estacionaram em frente à casa de dona Selma e muitos homens dirigiam-se para o mato em frente, munidos com serras e machados. Interpelados, informaram que a Prefeitura ordenara a derrubada das grandes árvores e a limpeza do terreno, pois que naquele local seria aberta uma nova rua. Então dona Selma e seus quatro filhos abraçaram-se às grandes árvores e de lá não saíram até a chegada de seu marido, à tarde, quando foi negociada a suspensão dos trabalhos. Nos dias que se seguiram ela organizou uma comissão de moradoras que levou ao Prefeito a reivindicação da comunidade que considerava desnecessária a criação de mais uma rua naquele local. Assim, o local conservou suas árvores e se transformou na Praça Adel Carvalho, que hoje abriga a sede da Associação, uma quadra de esportes, além das calçadas com medição apropriada para caminhadas e amplo espaço interno onde a vizinhança se reúne e as crianças brincam. Aquela comissão de mulheres continuou reunindo-se para discutir os problemas do bairro e, em pouco tempo a Associação dos Moradores iniciava seu movimento, agora com a participação dos maridos. As reuniões aconteciam nas casas dos moradores que passaram a debater todas as questões que surgiam e a discutir seus direitos de cidadãos frente as determinações do Poder Público.

Podemos dizer que, naquele momento, brotava a semente da consciência coletiva de mobilização socioambiental no Jardim Isabel, viva até hoje graças às ações da ASCOMJISA que tudo faz para que a chama daquele ideal socioambiental dos anos 70 não se apague.

Um exemplo disso foi a importante ação da ASCOMJIP como congregação de esforços junto à comunidade, na criação da AMOSS, ONG que objetiva a preservação do Morro do Osso, entidade criada para dar prosseguimento à luta que a Comissão de Defesa do Morro do Osso, CDMO, uma Comissão que reunia moradores, ambientalistas e mais de uma dezena de entidades que, em conjunto, trabalhava há 24 anos tentando proteger o Morro do Osso como o patrimônio natural de Porto Alegre, alvo de tantas ameaças, principalmente ameaças do setor da construção civil que vislumbrava ali um celeiro para lucros astronômicos

através de construções de magníficas residências para as classes mais abastadas, rodeadas pela natureza e com vista perene para toda a cidade.

Esta luta resistiu a pressões por muitos anos e o Morro do Osso conseguiu sobreviver até hoje graças aos ideais e à garra destas pessoas que nunca se calaram e, principalmente, graças à liderança de uma mulher brilhante, que realizava reuniões, organizava passeatas, distribuía panfletos, levava questões ao Poder Público, reunia-se com a Administração Pública, e jamais media esforços para barrar as construções no Morro do Osso e persistia no objetivo que visava o cuidado e a preservação do Morro do Osso como um patrimônio natural da cidade.

Também graças ao trabalho desta Comissão, em 1994 foi assinado pelo Prefeito da cidade, ato criando o Parque Natural Morro do Osso, a 1ª Unidade de Conservação em um morro do Município, com o apoio de um convênio entre UFRGS e a SMAM que visava a fornecer subsídios para a implantação e conservação do Parque. O objetivo era assegurar a integridade daquela área que passava ao domínio do Município.

Àquela época, o maior risco à integridade do Morro do Osso continuava sendo a especulação imobiliária. Nas décadas de 70 e 80, as licenças para construções classe A no Morro do Osso eram liberadas incondicionalmente pela Prefeitura e o trabalho implantado pela Comissão de Defesa do Morro do Osso foi de grande importância para que cessassem estas inconseqüências. Muitas residências foram construídas na parte alta, onde não é permitido fazer construções, mas felizmente a fúria pelo lucro foi abortada e a maior parte do Morro foi preservada.

Nesta luta nos engajamos, aprendemos e participamos ativamente, inclusive na formalização da instituição que sucedeu à CDMO e adotou o nome de Associação de Defesa do Morro do Osso, AMOSS.

A história do Morro do Osso também é bastante interessante. Um morro de formação granítica, no coração da zona sul da cidade, rodeado pelos bairros Tristeza, Camaquã, Sétimo Céu, Jardim Isabel, Cavallhada. Tem cerca de 228hª de área preservada e 143m de altitude, e guarda remanescentes naturais da fauna e da flora, fontes de águas não poluídas. Revestido por espécies de vegetação em risco de extinção, algumas

remanescentes da Mata Atlântica, é o habitat de espécies de animais silvestres desde pequenos roedores até espécies raras como o bugio ruivo e o ouriço cacheiro, além de ser abrigo para mais de 130 espécies de aves que se alimentam na vegetação nativa. Aliás, estudos mostram que 80% das espécies de aves registradas em Porto Alegre abrigam-se e alimentam-se no Morro do Osso.

No ano de 2004, enquanto a AMOSS trabalhava na busca de parcerias e patrocínios, junto à empresas particulares, para atividades que objetivavam recolher recursos para o fechamento da área do Parque com cercas em todo o seu contorno, além de placas indicativas para a vegetação e para os locais proibidos por serem refúgios de animais silvestres, os meios de comunicação informavam a ocupação do Parque do Morro do Osso por um grupo de índios Cainganges que afirmava haver naquele morro um cemitério indígena de seus antepassados e que, portanto, aquela área lhes pertencia. A partir de então a AMOSS mobilizou seus esforços na intenção trazer esclarecimentos ao caso e auxiliar ao Município nas ações de reintegração de posse, bem como divulgar os resultados dos estudos realizados para a verificação dos fatos alegados na Ação Judicial promovida pelo grupo caingangue. Foram muitos os estudos executados com desvelo por diversos profissionais, professores universitários, historiadores, antropologistas, pessoal ligado à Cúria Metropolitana e outros. Os dados colhidos foram compilados num excelente trabalho levado ao conhecimento do público em uma Audiência Pública realizada da Câmara dos Vereadores. Estes estudos mostraram que os Cainganges não são nativos do nosso Estado, que as primeiras informações sobre eles data de época recente historicamente, quando fugindo da perseguição dos Bandeirantes, saíram de São Paulo chegando ao Paraná. São índios de regiões de pinheirais, nômades, e assim chegaram ao norte do nosso Estado fixando-se na região de Nonoai e arredores. Portanto, há poucos anos chegaram à nossa região, vindos do norte do Estado para ocupar uma área nos arredores de Viamão, próximos a uma reserva dos índios Guaranis. Porém os Cainganges não são pacíficos e tornaram-se inimigos dos Guaranis a ponto de precisarem procurar outro local para instalar suas famílias. O Morro do Osso surgiu quando uma pessoa que tornou-se representante do grupo, usando uma

informação corrente na mídia que diz que antigamente afirmavam ter havido um cemitério indígena naquela área, visualizou a oportunidade de pedir judicialmente o a “propriedade” do morro aos Caingangues.

Entretanto os estudos mostraram que esta tribo nunca havia habitado nossa região até então, e que o cemitério referido no topo do morro provavelmente tenha sido das tribos Guarani-Arachanes, índios que viviam à beira das grandes águas e que sepultavam seus mortos nos topos dos morros e que habitaram esta região por volta dos anos 1300/1400, segundo estudos com carbono 14 em materiais coletados.

A convite da AMOSS e demais Associações reunidas nesta causa, a FUNAI visitou o acampamento indígena várias vezes e reconheceu que o local não é apropriado para um assentamento indígena.

O MP Estadual também atuou ativamente ao lado das Associações congregadas e a Ministra do Meio Ambiente, na época Marina Silva, pronunciou-se favoravelmente à causa da preservação do Morro do Osso livre da ocupação por humanos, quaisquer sejam as etnias, após ter recebido das mãos da AMOSS um dossiê reunindo todo histórico, com os fatos e fotos, durante a cerimônia de comemoração do dia Mundial do Meio Ambiente, na Prefeitura Municipal.

Os Processos em que a Prefeitura pede a imediata Imissão na Posse, foram julgados procedentes e todos os recursos esgotados. A última sentença, em 2010, manda que o grupo indígena seja removido para uma área já adquirida e saneada pela Prefeitura para esse fim.

Até hoje o grupo indígena continua acampado no mesmo local, grande parte da vegetação do Morro já foi destruída e os animais silvestres desapareceram.

É importante conhecer alguns exemplos como estes, que foram apresentados não só para ilustrar o tema mas para salientar que nem todas as ações intentadas pela mobilização dos cidadãos apresentam resultados prontos e de acordo com as determinações legais. Apesar disso, as mobilizações socioambientais continuam, muitas delas com a finalidade de auxiliar aos profissionais que lidam com o Direito Ambiental.

São muitas as agressões a que a natureza e o próprio homem estão expostos. Com o cuidado da sociedade organizada e a proteção buscada através das estratégias de atuação no mercado do Direito Ambiental, muitos desastres ecológicos poderão ser evitados.

Noris Balbuena

22/06/2011

---